

**Conferência Interterritorial de Segurança Alimentar e Nutricional dos territórios de Identidade Sertão Produtivo e Bacia do Paramirim (Brumado-BA, 24 e 25 de agosto de 2023)**

**CARTA POLÍTICA**

Nós, representantes da sociedade civil, de associações comunitárias, povos e comunidades tradicionais quilombolas e negras, agricultores e agricultoras familiares e poder público dos Territórios de Identidade Sertão Produtivo e Bacia do Paramirim, reunimo-nos na cidade de Brumado-BA, nos dias 24 e 25 de agosto de 2023, na Conferência Interterritorial, etapa preparatória para a 6ª Conferência Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que traz como tema: “Superação da Fome e Construção da Soberania Alimentar, com Direitos e Participação Social”.

Durante a Conferência, foram feitas várias reflexões com abordadas acerca das causas que geram a fome e a insegurança alimentar e nutricional nos dois territórios, na Bahia e no Brasil, atingindo, sobretudo mulheres, crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, populações tradicionais e famílias periurbanas.

Como centro desta problemáticas estão: o aumento da desigualdade social e a má distribuição de renda; a redução/cortes no orçamento de políticas públicas, programas e projetos, com destaque para a agricultura familiar e convivência com o Semiárido, a exemplo do Programa Cisternas, que tem como premissa o acesso a água para consumo e produção de alimentos; a baixa cobertura dos Serviços de Assistência técnica e Extensão Rural; a fragilidade na política de aquisição e distribuição dos alimentos da agricultura familiar; o monopólio da indústria de alimentos e alta dos preços da cesta básica; o uso indiscriminado de agrotóxicos, associados à disseminação de sementes transgênicas e, ainda, uma política deficitária de comunicação e divulgação da produção e da culinária da região.

Paralelo à problemática levantada, verifica-se a existência de ações já em desenvolvimento pelos governos municipais, estaduais e federal, mas que precisam ser ampliadas, com vistas à superação da fome e da insegurança alimentar que atinge 33, 1 milhões de brasileiros, sendo 1,8 milhões de baianos/as.

Entendemos que a fome é um problema político e, de igual modo, a solução também. Assim, para além das ações mitigadoras, precisam ser garantidas políticas estruturantes com a garantia de controle e participação social.

Deste modo propomos:

- 1- Garantir recurso no orçamento do Estado, União e Municípios para a política de Convivência com o Semiárido, Agroecologia e Produção Orgânica, com garantia de acesso a água para consumo humano e produção agroecológica, através do Programa Cisternas e outros sistemas simplificados, assegurando a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) continuada e com fomento à produção;
- 2- 21. Implantação do Programa Estadual de Sementes e Mudas Crioulas;
- 3- Fortalecer os programas de aquisição e distribuição de alimentos, garantindo a melhoria da renda para as famílias produtoras e ampliação do abastecimento com alimentos de qualidade para as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.
- 4- Construção de agroindustriais familiares com menos burocracia, bem como o fortalecimento dos processos de comercialização, visando a geração de trabalho e renda das famílias e agregação de valor à produção, priorizando o atendimento a organizações e auto-organizações de mulheres e jovens;
- 5- Fortalecer as estratégias de produção e comercialização da produção agroecológica de curto circuito;
- 6- Garantir uma efetiva política de acesso à terra através da reforma agrária e regularização fundiária das propriedades da agricultura familiar e territórios tradicionais, respeitando seus processos identitários;
- 7- Ampliação da matriz energética com baixo custo para famílias agricultoras e garantia de energia fotovoltaica (energia solar) com crédito subsidiado e a compra, pelo estado brasileiro, da energia excedente;
- 8- Fortalecer a mobilização e articulação para a criação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional em todos os municípios da Bahia, com garantia do exercício de controle social;
- 9- Garantir maior articulação entre as secretarias e órgãos de estado, na formulação e implementação das políticas e ações de combate à fome.

